



cpl UFPI <cpl@ufpi.edu.br>

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO UFPI - PE Nº 90001/2026

1 mensagem

Kelpi Gestor Serviços <comercial.contratos3@gestorservicos.com>19 de janeiro de 2026 às
16:37

Para: cpl@ufpi.edu.br

À
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Solicito esclarecimento referente ao pregão supracitado.

Pergunta-se:

Pergunta 1 – O lance será pelo valor mensal ou global de 24 meses?

Pergunta 2 – Trata-se de serviço novo ou já vem sendo executado? Se sim, qual empresa executa os serviços atualmente?

Pergunta 3 – Será permitido para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS (Lucro Real), cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 meses anteriores à apresentação da proposta?

Pergunta 4 – Considerando o disposto no Acórdão nº 1.186/2017 do Tribunal de Contas da União – Plenário, que determina que nos contratos de terceirização de mão de obra a parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado deve ser, no máximo, de 1,94% no primeiro ano de vigência contratual e, em caso de prorrogação, de até 0,194% por ano, todas as licitantes deverão obrigatoriamente adotar em suas planilhas de custos o percentual de 1,94% para a rubrica de Aviso Prévio Trabalhado? A apresentação de percentual inferior poderá ensejar a desclassificação da proposta? A planilha estimada consta apenas 1,85% para o APT.

Pergunta 5 – Considerando que o percentual do submódulo 4.1 letra A está zerado (0,00%), não haverá necessidade de substituto na cobertura de férias?

Pergunta 6 – Será permitido cotar percentuais diferentes do estimado para o submódulo 4.1 na planilha de custos?

Pergunta 7 – Conforme decreto nº 12.797, de 23 de dezembro de 2025 (em anexo) que atualizou o salário mínimo federal para R\$ 1.621,00 a partir de 1º de janeiro 2026, e considerando que nenhum trabalhador pode receber salário inferior ao mínimo, pergunta-se: qual salário será considerado para a função de SERVENTE DE LIMPEZA? Será considerado o salário mínimo federal de 2026 (R\$ 1.621,00)? ou será considerado o salário da CCT PI000119/2025 (R\$ 1.553,96) que está abaixo do mínimo federal resguardando o direito de repactuação?

Pergunta 8 – Será obrigatório um preposto fixo no local de trabalho?

Atenciosamente,

Kelpi Nunes
Comercial/Contratos - Gestor Serviços
(85) 3066-4533 / 98107-7780
E-mail: comercial.contratos3@gestorservicos.com

**DECRETO SALARIO MINIMO 2026.pdf**

190K

RESPOSTAS

Em atenção ao pedido de esclarecimentos apresentado pela empresa Gestor Serviços, referente ao Pregão Eletrônico nº 90001/2026, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, assim como outros imóveis que venham a ser ocupadas pela IES na região de Picos-PI, seguem os esclarecimentos, organizados e numerados conforme cada questionamento formulado:

Resposta à Pergunta 1

Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário do item, nos termos do item 6.5 do Edital, o qual, para a presente contratação de serviços contínuos, corresponde ao valor mensal. Para fins de apresentação da proposta, o licitante deverá informar no sistema eletrônico o valor unitário (mensal) e o valor total bienal (24 meses), conforme estabelece o item 5.1.1 do Edital. O valor global de 24 (vinte e quatro) meses será obtido automaticamente a partir do valor mensal ofertado e será utilizado para fins de julgamento, adjudicação e futura contratação. Dessa forma, a disputa de lances ocorre sobre o valor mensal, sendo o valor global bienal mera decorrência do preço unitário ofertado.

Resposta à Pergunta 2

Sim. O serviço já está em execução e é atualmente prestado pela empresa SERVFAZ Serviços de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 10.013.974/0001-63, conforme estabelecido no Contrato nº 01/2020.

Resposta à Pergunta 3

Sim, é permitido às empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS (Lucro Real) cotar, na proposta de preços, os percentuais correspondentes à média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta.

Tal possibilidade encontra amparo expresso no item 5.5 do Edital, o qual dispõe que, quando o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a média dos efetivos recolhimentos dos últimos doze meses. De forma específica, o item 5.5.1 estabelece que, no regime não cumulativo de PIS e COFINS, essa média deverá corresponder às alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, passíveis de comprovação, a qualquer tempo, por meio da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição – EFD-Contribuições, ou por outro meio hábil.

Ressalta-se, ainda, que, independentemente do percentual indicado na planilha de custos, no momento do pagamento contratual serão efetuadas as retenções na fonte conforme os percentuais previstos na legislação vigente, nos termos do item 5.6 do Edital.

Resposta à Pergunta 4

O Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário do Tribunal de Contas da União estabelece que, nos contratos de terceirização de mão de obra, a parcela mensal referente ao Aviso Prévio Trabalhado deve observar o limite máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência contratual, e, em caso de prorrogação, o percentual máximo de 0,194% por ano.

Tal entendimento não fixa percentual mínimo obrigatório, mas apenas veda a adoção de percentuais superiores ao teto definido, cabendo às licitantes a elaboração de suas planilhas de custos de acordo com sua metodologia própria, desde que respeitados os limites estabelecidos pelo TCU, a legislação trabalhista vigente e a exequibilidade da proposta.

Dessa forma, a adoção de percentual inferior a 1,94% para o APT, por si só, não enseja desclassificação da proposta, desde que reste demonstrado que os custos apresentados são suficientes para a plena execução contratual e não impliquem supressão de direitos trabalhistas, observadas as regras de exequibilidade previstas no edital e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

Ressalta-se, ainda, que o percentual de 1,85% adotado na planilha estimativa elaborada pela Administração resulta da fórmula para Aviso Prévio Trabalhado (alínea C do Módulo 3) apresentada na memória de cálculo constante no apêndice do anexo VI do Edital.

Resposta à Pergunta 5

Em atenção aos pedidos de esclarecimento e à impugnação apresentados a esta Comissão de Licitação, informa-se que, após reanálise da Planilha de Custos e Formação de Preços, foi identificada a necessidade de inclusão da provisão referente ao substituto na cobertura de férias.

Assim, a planilha foi devidamente retificada, com a inserção do percentual de 0,93% no submódulo correspondente, passando a contemplar corretamente o custo do substituto de férias.

Resposta à Pergunta 6

Os percentuais constantes da planilha de custos referente ao Submódulo 4.1 – Ausências Legais têm natureza meramente estimativa, servindo como parâmetro adotado pela Administração para a elaboração do orçamento. O Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 não estabelece a obrigatoriedade de utilização desses percentuais pelos licitantes na formulação de suas propostas.

Assim, admite-se a apresentação de percentuais diferentes daqueles indicados no Submódulo 4.1, desde que o licitante justifique, comprove e demonstre a fórmula de cálculo utilizada para a obtenção dos valores ofertados, em conformidade com as exigências do edital e de seus anexos.

Resposta à Pergunta 7

Esclarece-se que o Pregão foi publicado com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2025, tendo em vista a inexistência de nova CCT publicada para a categoria.

Ressalta-se que, durante a execução contratual, não é admissível a remuneração de empregados com valor inferior ao salário mínimo vigente, independentemente do valor estimado no edital ou no contrato.

Dessa forma, a contratada poderá adotar uma das seguintes providências, observados os requisitos legais e contratuais:

a) Reequilíbrio econômico-financeiro, com base na majoração do salário mínimo nacional, por se tratar de fato superveniente e alheio à vontade das partes, que impacta diretamente os custos da mão de obra. Nessa hipótese, os efeitos financeiros poderão retroagir à data de início da vigência do novo salário mínimo, mediante a devida comprovação do impacto financeiro; ou

b) Repactuação contratual, após a publicação da nova Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, observadas as disposições legais aplicáveis. Nesse caso, os efeitos financeiros poderão retroagir à data-base da categoria, desde que atendidos os requisitos normativos.

Esclarece-se, por oportuno, que as hipóteses acima não são cumulativas, devendo a contratada optar por aquela que melhor se adeque à sua situação, mediante formalização do respectivo pedido e apresentação da documentação comprobatória pertinente.

Pergunta 8 – Será obrigatório um preposto fixo no local de trabalho?

No Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, acerca da obrigatoriedade de manutenção de preposto no local da execução dos serviços, esclarecemos que o item 9.25 do Termo de Contrato, em consonância com o item 6.7 do Termo de Referência, estabelece como obrigação da contratada manter preposto aceito pela Administração no local do serviço, com a finalidade de representá-la durante a execução contratual.

Ressalte-se, entretanto, que o instrumento convocatório não impõe a exigência de preposto fixo, exclusivo ou com permanência integral no local, tampouco define carga horária mínima ou dedicação exclusiva para tal função. A exigência deve ser compreendida como a necessidade de que a contratada disponha de representante apto a atender prontamente às demandas da fiscalização e da gestão do contrato, garantindo a adequada comunicação e o regular cumprimento das obrigações assumidas.

Destaca-se, ainda, que o edital prevê a possibilidade de a Administração, de forma motivada, recusar o preposto indicado, hipótese em que deverá ser designado outro representante pela contratada, o que reforça o caráter funcional e não formal da exigência.

Dessa forma, a obrigação de manutenção de preposto no local visa assegurar a eficiência da execução contratual e da fiscalização, sem implicar, por si só, a imposição de custos adicionais decorrentes da exigência de permanência fixa ou dedicação exclusiva, inexistentes no edital.

LINK PÚBLICO PARA ACESSO AO PE 90001/2026, INCLUINDO O SEU QUADRO INFORMATIVO COM AS SEGUINTE PUBLICAÇÕES:

<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=15404805900012026>

ESCLARECIMENTOS - PUBLICADOS NO COMPRASGOV EM 02/02/2026

Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90001/2026 (Lei 14.133/2021)
UASG 154048 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Avisos (14)Impugnações (3)Esclarecimentos (1)

02/02/2026 09:02

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS 01

Segue abaixo pedido de esclarecimento recebido por esta Comissão de Licitações via e-mail no dia 19 de janeiro de 2026.

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90001/2026

Solicito esclarecimento referente ao pregão supracitado.

Pergunta-se:

Pergunta 1 - O lance será pelo valor mensal ou global de 24 meses?

Pergunta 2 - Trata-se de serviço novo ou já vem sendo executado? Se sim, qual empresa executa os serviços atualmente?

Pergunta 3 - Será permitido para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS (Lucro Real), cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 meses anteriores à apresentação da proposta?

Em atenção ao pedido de esclarecimentos apresentado pela empresa Gestor Serviços, referente ao Pregão Eletrônico nº 90001/2026, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, assim como outros imóveis que venham a ser ocupados pela IES na região de Picos-PI, seguem os esclarecimentos, organizados e numerados conforme cada questionamento formulado:

Resposta à Pergunta 1
Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário do item, nos termos do item 6.5 do Edital, o qual, para a presente contratação de serviços contínuos, corresponde ao valor mensal. Para fins de apresentação da proposta, o licitante deverá informar no sistema eletrônico o valor unitário (mensal) e o valor total bienal (24 meses), conforme estabelece o item 5.11 do Edital. O valor global de 24 (vinte e quatro) meses será obtido automaticamente a partir do valor mensal ofertado e será utilizado para fins de julgamento, adjudicação e futura contratação. Dessa forma, a disputa de lances ocorre sobre o valor mensal, sendo o valor global bienal mera decorrência do preço unitário ofertado.

Resposta à Pergunta 2
Sim. O serviço já está em execução e é atualmente prestado pela empresa SERVFAZ Serviços de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 10.013.974/0001-63, conforme estabelecido no Contrato nº 01/2020.

Resposta à Pergunta 3
Sim. É permitido às empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS (Lucro Real) cotar, na proposta de preços, os percentuais correspondentes à média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta.
Tal possibilidade encontra amparo expresso no item 5.5 do Edital, o qual dispõe que, quando o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a média dos efetivos recolhimentos dos últimos doze meses. De forma específica, o item 5.5.1 estabelece que, no regime não cumulativo de PIS e COFINS, essa média deverá corresponder às alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, passíveis de comprovação, a qualquer tempo, por meio da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição - EFD-Contribuições, ou por outro meio hábil.
Ressalta-se, ainda, que, independentemente do percentual indicado na planilha de custos, no momento do pagamento contratual serão abatidas as retenções na fonte conforme os percentuais previstos na